



ATA Nº 6/ 2023

**da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia
26/09/2023**

*(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua
atual redação)*

1. Aos vinte e seis dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora, tendo estado presentes os seguintes membros convocados: Luís Simão Duarte de Matos (Presidente da Assembleia Municipal), Maria Joaquina Filipe Salgueiro (1.ª Secretária), Carlos Alberto da Silveira Biléu (2.º Secretário), António José Ameixeira Vitorino, João Carlos Durão Lopes Saraiva, António Manuel Matos Salgueiro, José Manuel Ribeiro Pinto, António Alberto Nunes Vitorino, João Aleixo Rodrigues de Carvalho, Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos (CDU), Ana Paula Beja da Cruz Matos, Rui Manuel Barroso, Anabela de Matos Aleixo, João Manuel Marques Coelho, Miguel Filipe Chuço Maia, Floripes da Conceição Sousa Laurindo, Catarina Gato Vieira da Silva, Fábio Alexandre Bicho Coelho e Custódia Maria Casanova (PS).
2. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: A Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, o Sr. Vice-Presidente Hugo Carreiras e pelos Srs. Vereadores, João Marques (PS), Luis Pedro Branco e Mafalda Lopes (CDU).
3. O **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimenta todos os presentes e deu início à sessão.
4. Na sequência da sua convocação para a presente sessão, apresentou a justificação para a sua ausência a membro Ana Maria Prates Ramalho Aniceto (PS), a qual pediu a sua substituição.

PERIODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

5. Registou-se a intervenção de uma munícipe, pedindo esclarecimentos sobre a faturação da água, relatou que todos os meses a carta de aviso para pagamento era recebida após efetivarem o debito direto.
6. O **Presidente** solicitou à **Presidente da Câmara**, que esclarecesse a questão, tendo esta cumprimentado os presentes, agradecendo a participação do publico e solicitado a intervenção do **Vice-Presidente**, para que pudesse esclarecer a munícipe.
7. O **Presidente**, deu a palavra ao **Vice-Presidente** que saúda todos os presentes e informa que o atraso na receção dos avisos de pagamento deve-se a



dificuldades do cumprimento do estabelecido pela empresa de distribuição, contratada pelo Município. Mais informou que na sequência do referido incumprimento, foi agendada uma reunião para debater esse assunto. Para minimizar a situação referida, foi alterada a data de débito, para um período mais alargado, no entanto verifica-se que o incumprimento se mantém. É entendimento do Executivo que os Municípes não podem ficar prejudicados com tal situação e deste modo, põe a hipótese de passarem a ser os serviços municipais a fazer a distribuição das faturas da água.

8. O **Presidente** deu a palavra a uma **Munícipe** que tinha dúvidas sobre determinados pontos, tais como a atribuição dos escalões de faturação do consumo da água e qual o local onde são anunciadas as datas das sessões da Assembleia Municipal.
9. A munícipe foi informada relativamente às suas questões pelo Vice-Presidente, solicitando posterior esclarecimento sobre um requerimento remetido aos serviços de Oficina Domiciliaria, relativo a um familiar e o qual até à data não teria sido efetuado.
10. O **Vice-Presidente** esclareceu que o relatório apresentado pelo funcionário afeto ao serviço de Oficina Domiciliaria, indicava que não se verificavam condições de salubridade para que pudessem fazer a intervenção solicitada.
11. A munícipe relatou ainda que os serviços da Oficina Domiciliaria terão cobrado o serviço de canalização prestado a um munícipe, portador do Cartão do Idoso. Foi questionada se a mesma podia provar tal facto, tendo sido solicitado a indicação do valor cobrado e de quem o cobrou. A mesma esclarece que se trataram de funcionários do município, aos quais foi pago um valor de 120,00€ (cento e vinte euros). A **Presidente da Câmara** pediu à munícipe que esta fizesse uma exposição à Câmara Municipal, para que seja possível apurar os factos, tendo a mesma acedido a fazê-lo.
12. Interveio outra munícipe que questionou a Presidente da Câmara acerca do processo de leitura e pagamento da água, a qual considera que tem estado envolto em alguma confusão, causando descontentamento nos municípes, devido à forma como tem sido efetuada a alteração deste processo.
13. O Presidente, deu a palavra à **Presidente da Câmara** que esclareceu a munícipe, informando que o Município tomou a opção de passar a faturar a água mensalmente, e decorre atualmente o processo para disponibilização da referência multibanco na fatura, o qual não decorre da forma célere que estava previsto, pelo que se espera que ultrapassados todos os constrangimentos que se têm verificado no âmbito da faturação da água, todo o processo passe a decorrer de forma normal.
14. O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Segundo Secretário, Carlos Bileu**, que leu a ata de instalação do membro **Fábio Alexandre Bicho Coelho** (PS), o qual, após tomar posse foi saudado com uma salva de palmas pelos presentes.



PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

15. O **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou aos Grupos Municipais se pretendiam apresentar alguma intervenção.
16. Tendo-se registado algumas solicitações, o **Presidente** sugeriu que fossem apresentadas de forma alternada.
17. Tomou da palavra o membro **José Pinto** (CDU), cumprimentou os presentes e fez um pedido de esclarecimento à Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao início das obras do novo loteamento municipal. Considera que o mesmo por constar no orçamento para 2023 e por ter estado na base da sua viabilização por parte da CDU, espera que o PS cumpra o compromisso assumido, até ao final do corrente ano.
18. A **Presidente** esclareceu que a obra do novo loteamento municipal ainda não teve início, pois decorrem negociações para a aquisição de uma parcela de terreno, que permitirá que seja feito o acesso ao loteamento pela Rua da Escola, zona em que já existe infraestrutura, facilitando a sua ligação.
19. O facto de não existir um documento que valide o acordo estabelecido para a cedência da referida parcela de terreno, entre o proprietário do terreno, entretanto falecido e o executivo anterior, obriga agora a negociar com os seus herdeiros, pois sem esse acordo, o início da construção do loteamento está colocado em causa. Mais informa que a Câmara se encontra em negociações com os herdeiros do terreno, para encontrar um valor justo pelo mesmo, que permita a resolução de todo o procedimento.
20. O membro **José Pinto** (CDU), questionou a Presidente da Câmara se existe um meio jurídico para expropriar os proprietários. A **Presidente da Câmara** respondeu que sim, mas considera que de momento será mais correto e com resultados presumivelmente mais rápidos, se a Câmara chegar a acordo com os herdeiros, pelo que só em último caso é que será ponderada a ação de expropriação.
21. O **Presidente** esclareceu que o anterior executivo não teve tempo de concluir as negociações que se encontravam em curso com os então proprietários.
22. De seguida deu a palavra ao membro **Fábio Coelho** (PS), que leu uma Saudação às Festividades do Concelho de Mora – Anexo 22/2023.
23. O **Presidente** deu a palavra à **1ª Secretária Maria Joaquina Salgueiro** (CDU) que apresentou uma intervenção subordinada aos processos de contratação pública, dirigida à Presidente da Câmara - ANEXO 23/2023.
24. O **Presidente** deu a palavra à **Presidente da Câmara**, que se pronunciou sobre o processo em questão referindo que todos os processos de contratação da autarquia são executados com clareza e transparência, tendo assumido que



daria conhecimento à Assembleia Municipal na próxima sessão, de toda a documentação que o comprove. Mas que caso subsistam dúvidas, a Chefe da DAF que se encontra presente poderá apresentar os esclarecimentos necessários.

25. Autorizado pelo Presidente, o membro **João Saraiva** (CDU) dirigiu a palavra à Presidente, referindo que os esclarecimentos à Assembleia não devem ser dados pelos trabalhadores mas sim pelo executivo.
26. O **Presidente** deu a palavra à membro **Custodia Casanova**, que formalizou um convite a todos os presentes, para assistirem a uma palestra intitulada "O dia inicial inteiro e limpo", integrada nas comemorações do cinquentenário do 25 de abril de 1974, promovidas pela Junta de Freguesia de Pavia.
27. O **Presidente** deu a palavra ao membro **Antonio José Vitorino** (CDU), o qual referiu que até à data a Presidente não respondeu ao pedido efetuado pelo grupo municipal da CDU sobre a cedência um espaço onde pudessem reunir, solicitando uma resposta mais precisa.
28. A **Presidente** informou de uma proposta que tem a apresentar ao Presidente da Mesa, relacionada com esse assunto, bem como, de um assistente técnico para apoio administrativo à Mesa da Assembleia.
29. O membro **José Pinto** (CDU), questiona a Presidente sobre se já se encontram apurados os encargos com a disponibilização das referências multibanco na fatura da água.
30. A **Presidente** informa que o processo tem sido complexo, comprometeu-se de entregar os valores, mas à data o processo ainda não está concluído, contudo numa próxima sessão da Assembleia Municipal prestará a informação solicitada.
31. O membro **Antonio Alberto Vitorino**, colocou uma questão relativa a assuntos que se prendem com os contratos Interadministrativos a estabelecer entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, questionando se existe uma previsão para a sua entrada em vigor.
32. A Presidente da Câmara informa que está prevista a realização de uma reunião brevemente com todas as Juntas de Freguesia, a qual será presidida pelo Vice-Presidente, as quais irão ser contactadas para o efeito.
33. O Presidente deu a palavra à membro, **Nélia Santos** (CDU), a qual apresentou um voto de protesto às intervenções realizadas pela Câmara Municipal nos estacionamento no Terreiro da Misericórdia e na Praça Concelheiro Fernando de Sousa, que descreve como um atentado à mobilidade e bem-estar das pessoas. - ANEXO 24/2023
34. A **Presidente da Câmara** solicitou um esclarecimento detalhado, sobre onde se fundamenta o Grupo Municipal da CDU para proferir as insinuações constantes no seu Voto de Protesto, esclarecendo que fez uma auscultação a todos os comerciantes, não se verificando qualquer oposição por parte destes,



tendo-se mesmo manifestado bastante recetivos à intenção de trazer “mais vida” e mais pessoas ao centro da Vila.

35. Considerou ainda que este executivo tem demonstrado um grande cuidado no que respeita às questões da mobilidade, o qual fica patente na procura ativa de candidaturas a PRR nesta área, com algumas já consumadas, a empreitada de colocação de elevadores que se encontra a decorrer na Escola Básica e Secundária de Mora, dando resposta e conforto a todos os intervenientes, os alunos, as suas famílias e os profissionais que com elas trabalham.
36. O Presidente deu a palavra ao **Vice-Presidente**, o qual enaltece o facto de na CDU estarem atentos aos assuntos, no entanto considera que se baseiam em factos vazios, devendo informar-se primeiro se os estacionamento serão do conhecimento só de alguns comerciantes, ou se todos foram auscultados. Esclarece que houve um debate entre o Executivo e os comerciantes dos locais referenciados, tendo sido recolhidas algumas ideias que foram integradas nas intervenções feitas. Deu ainda conhecimento que efetuou o mesmo processo com a Junta de Freguesia de Mora, relativo ao estacionamento do Jardim das Nespereiras, tendo sido solicitado o parecer, mas como não obteve resposta, concluiu que, deveria a Junta estar de acordo com o proposto e desta forma avançou com a obra.
37. Informa, no que respeita à mobilidade, que o trabalho que tem sido feito por este executivo, nunca tinha sido feito no Concelho, o qual tem estado atento às necessidades e bem-estar de todos, sendo brevemente submetidas mais duas candidaturas para financiamento.
38. O Presidente deu a palavra ao membro **João Saraiva** (CDU), que dirigindo -se ao Vice-Presidente, referiu que não deviam ser só os comerciantes a ter conhecimento sobre a intenção de se intervir nos estacionamento, a população também deveria ser ouvida.
39. **A Presidente** informou que grande parte da população se manifestou agradada com os referidos estacionamento.
40. Colocado a votação, foi **aprovado por maioria**, o “Voto de Protesto sobre o Estacionamento da Praça Conselheiro Fernando de Sousa e Terreiro da Misericórdia” apresentado pela CDU.
41. **A Presidente** deu conhecimento que irá ser criada mais uma sala do ensino pré-escolar no agrupamento de Escolas de Mora com 18 alunos provenientes da Santa Casa Da Misericórdia de Mora, a qual tomou a decisão de fechar a valência do Pré-Escolar.
42. O Município foi informado a poucos dias do início de novo ano letivo, tendo de imediato procedido a todas as diligencias junto do Agrupamento e da DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para que em conjunto se criassem as condições necessárias à abertura de mais uma sala nessa valência.



43. Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 30 de junho.

44. Foi **aprovada**, por **unanimidade** dos presentes na sessão, o Projeto de Ata Nº 4/2023, referente à sessão realizada no dia 30 de junho de 2023. De acordo com o nº 3 do art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.”.

45. Aprovação da Ata da Sessão Extraordinária de 10 de agosto.

Foi **aprovada**, por **unanimidade** dos presentes na sessão, o Projeto de Ata Nº 5/2023, referente à sessão realizada no dia 10 de agosto de 2023. De acordo com o nº 3 do art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.”.

46. Aprovação da Ordem do Dia da Presente Sessão

47. Foi **aprovada**, por **unanimidade**, a **Ordem do Dia** da presente Sessão da Assembleia Municipal.

48. ORDEM DO DIA:

49. **Ponto Um – Procedimento por Concurso Publico Construção de Oficina da Criança - Compromissos Plurianuais.**

50. **O Segundo Secretário Carlos Bileu** leu uma tomada de posição relativo ao ponto em questão. - ANEXO 25/2023

51. **A Presidente** explicou que o projeto lúdico/educativo foi alterado devido à sua localização e a outros aspetos. O executivo reuniu com as técnicas que trabalham diretamente no projeto e com os pais e após essa auscultação e de acordo com as ideias e as necessidades do público alvo, foi decidido alterar a localização para um espaço mais perto da Escola. O espaço identificado necessitará de uma requalificação, a qual se prevê arrancar ainda este ano e seguirá o restante processo no próximo ano. Para esta empreitada, a Câmara Municipal concorreu a financiamento, para que a obra não seja integralmente suportada por fundos próprios do município, razão pela qual tem sido mais demorado o arranque da empreitada, devido à burocracia inerente.

52. Mais refere que o Município irá candidatar-se a todos os financiamentos que conseguir e desta forma, todos ganham, em particular a população do concelho de Mora.

53. A atual Oficina da Criança já não reúne as melhores condições de conforto, contudo não se deixou até agora de dar a resposta às necessidades das crianças e dos pais.

54. Colocado este ponto à discussão e posterior votação foi **deliberado**, por **maioria**, com 8 votos a favor (PS) e 10 abstenções (CDU), que apresentou



declaração de voto, aprovar o procedimento por concurso público “Construção da Oficina da Criança” - compromissos plurianuais.

55. **Ponto Dois – Fornecimento de eletricidade em regime de Mercado Livre para Portugal Continental – Acordo Quadro CNCM-AQ/35/2020 – Abertura de Procedimento Concursal/Assunção de compromissos Plurianuais**
56. A **Presidente** solicitou a intervenção do **Vice-Presidente** para explicar o ponto, tendo o mesmo dado conhecimento que a contratação do fornecimento de eletricidade através de um acordo quadro, permitirá ao Município aceder a tarifas significativamente mais vantajosas, do que se concorrer isoladamente estando sujeito aos preços de mercado atuais.
57. Colocado este ponto à discussão e posterior votação foi **deliberado**, por unanimidade, aprovar o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - Acordo Quadro CNCM-AQ/35/2020 - Abertura de procedimento concursal/Assunção de compromissos plurianuais.
58. **Ponto Três – 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023**
59. A **Presidente**, esclareceu que foi lançado um programa intitulado de Radar Social, no âmbito do PRR, que se destina à integração de 2 técnicos superiores na área da Psicologia ou Sociologia e Gestão ou Economia, com financiamento a 100% e duração de 27 meses. Uma das condições à candidatura é que os membros das equipas do Radar Social deverão constar no mapa de pessoal da Câmara Municipal e como nos quadros não estão contemplados técnicos nessas áreas, será necessário a alteração ao mapa de pessoal que agora se apresenta.
60. O Membro **José Pinto** (CDU), alerta para o facto de esta ser a 5ª alteração ao mapa de pessoal, apesar de esta ser compreensível. Mais refere que a CDU quer deixar claro que o sentido de voto tem em consideração a exigência do projeto, da contratação de técnicos superiores, caso contrário, o sentido de voto seria outro, solicitando à **Presidente** que garanta que a contratação terá apenas a duração dos 27 meses a que se refere o projeto, ao que a **Presidente** deu a sua confirmação.
61. Colocado este ponto à discussão e posterior votação foi **deliberado**, por maioria, com 8 votos a favor (PS) e 10 abstenções (CDU), **aprovar a 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023**.
62. **Ponto Quatro - Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.**
63. O **Presidente** deu conhecimento de uma reunião que decorreu na Câmara Municipal com o técnico de Apoio à Assembleia Municipal, onde foram debatidos alguns temas referentes à gravação, consentimento e recolha de imagem de acordo com o RGPD.



64. Colocado este ponto à discussão e posterior votação foi **deliberado**, por **unanimidade**, aprovar a **proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal**.

65. **Ponto Cinco – Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº.2 do artigo 25 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.**

66. O **Presidente** deu a palavra ao membro **João Saraiva (CDU)**, o qual apresentou a posição da CDU, relativamente à informação da atividade municipal prevista na alínea c) do nº.2 do artigo 25 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro - ANEXO 26/2023

67. O Presidente deu a palavra à **Presidente da Câmara**, a qual disse respeitar a opinião da CDU, contudo discorda com a afirmação de existir um subaproveitamento de recursos humanos afetos a obras a executar e/ou requalificar, recorrendo este executivo a empresas externas, lembrando que os recursos humanos da autarquia nessa área desempenham inúmeras tarefas nomeadamente nos equipamentos municipais que necessitam de intervenções constantes, algumas com custos bastante elevados.

68. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação da Atividade Municipal.**

69. **Aprovação da minuta da ata da presente sessão**

70. Colocado este ponto à discussão e posterior votação foi **deliberado**, por **unanimidade**, aprovar a **minuta da ata da presente sessão**.

71. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi a sessão dada por encerrada quando eram 23 horas e 20 minutos do dia 26 de setembro de 2023.



A Ata nº 6/2023 *aprovada*, por *maioria com 1*, na Sessão da Assembleia Municipal realizada em *30/04/2024*, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Maria João Oliveira, que a redigi e subscrevo. *abstenção do PS (por não estar no presente SPS/S)*

(Presidente da Assembleia Municipal)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)

(Redator)

Saudação às Festividades do Concelho de Mora

O período que agora se encerra é caracterizado, um pouco por todo o país, como a “altura das festividades”. O Concelho de Mora não é exceção e, por isso, desde junho que fomos assistindo a Feiras e Festas que enriquecem social, cultural e economicamente as nossas localidades.

Destaque para a ExpoMora, cuja mais recente edição decorreu já este mês, por organização da Câmara Municipal de Mora. Este ano, marcada, uma vez mais, pela presença de grandes nomes do panorama musical português. Um cartaz que proporcionou a vinda de milhares de pessoas para ver os seus artistas preferidos e cantar as músicas que sabem de cor. Mas, mais do que isso, por alterações significativas na apresentação e disposição das áreas que compõe o recinto do certame, permitindo-o mais dinâmico, inclusivo e apelativo.

Espelhou o tecido económico do nosso Concelho, ainda frágil mas num inicial fase de crescimento. Espelhou o tecido cultural, com a presença de grupos de todas as freguesias que mostraram as tradições e exibiram vaidosamente as origens dos usos de todos nós. E espelhou, sobretudo, a dinâmica social que se vem estabelecendo, com a presença de Coletividades, Associações, Instituições de Solidariedade Social, Paróquias, e demais entidades, cuja atividade vem sendo cada vez mais ativa, também graças ao apoio do Município.

O crescimento da ExpoMora espelha o crescimento do Concelho de Mora.

Assim, não só por ter presenteado os seus munícipes com mais uma edição de sucesso deste certame, mas também pela evolução que com ele se constata, os eleitos do Partido Socialistas deixam uma saudação ao executivo desta Câmara Municipal.

Não deixando também de deixar uma saudação a todos os executivos das Juntas de Freguesia do Concelho, Coletividades, Associações e demais entidades envolvidas em todas as festividades que, durante este período, preencheram a Agenda Cultural do nosso Concelho. Algumas com maior e outras com menor dinâmica, algumas mais estabelecidas nas tradições e outras menos, mas todas elas de enorme importância para a comunidade das diferentes localidades que compõe o nosso concelho.

Mora e o seu concelho foi assim visitado por milhares de pessoas e demonstrou o quanto foi assertiva a realização dos eventos e a sua programação.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mora

26 setembro 2023

Sra Presidente, temos, ao longo deste mandato, procurado contribuir de forma muito transparente, para elevar o debate político e, conseqüentemente, facilitar a gestão do PS. Aliás, o eng.º João Saraiva deixou isso bem claro numa das suas intervenções na sessão da Assembleia Municipal do passado dia 30 de Junho.

Temos, com efeito, sido bastante benevolentes, sobretudo em questões de natureza burocrático-administrativas. Não queremos ser uma mera força de bloqueio pois não é essa a nossa forma de estar na política. (apesar de o sermos acusados constantemente)

Mas, sra presidente, há uma altura em que não podemos permitir que aquilo que deveria ser excepção se torne uma prática corrente!

Falamos, sra presidente da banalização do recurso aos ajustes directos.

Por tudo e por nada se faz um ajuste directo quando todos sabemos que tal procedimento deve ser usado apenas em circunstâncias excepcionais e de manifesta urgência e interesse público!

A Expomora é um exemplo paradigmático! Contratações mais contratações por ajuste directo!

Não podemos concordar, mais não seja porque o recurso sistemático a este expediente em nada favorece a transparência.

Transparência, aliás, que o PS tanto apregoa!

Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Mora

Mora, 26 de Setembro de 2023

Voto de Protesto

Anexo 24/2023

Senhores eleitos,

há muito que as cidades e vilas têm procurado afastar o trânsito dos centros urbanos, tornando deste modo o espaço mais atractivo e agradável para as pessoas, aumentando a segurança dos transeuntes, zelando pela preservação e valorização do património, diminuindo a poluição sonora e ambiental e incentivando as pessoas a deixarem as suas viaturas na periferia.

Quando verificamos que a Câmara Municipal de Mora põe em prática uma política de mobilidade velha de muitos anos, que coloca as viaturas à frente do interesse das pessoas, ficamos preocupados.

Mais preocupados ficamos quando a “vox populi” revela que se trata apenas do pagamento de um favor eleitoral que colocou o interesse individual à frente do interesse colectivo.

O atentado à mobilidade e bem-estar das pessoas cometido na Praça Conselheiro Fernando de Sousa e no Terreiro da Misericórdia só podem merecer da parte da CDU um veemente protesto.

Passar com uma cadeira de rodas para aceder à clínica de análises para quem vem do lado nascente do Terreiro da Misericórdia, por exemplo, é bem revelador do desprezo do PS pelas pessoas com mobilidade reduzida e, de certa forma, desprezo por todos os munícipes e por aqueles que nos visitam.

Para quem elegeu o turismo como um dos seus pilares de governação, é caso para dizer que as promessas do PS, tal como os pilares, acabam sempre por ruir!

Com a CDU jamais aconteceria tal atentado, que, mais tarde ou mais, cedo terá que ser corrigido.

Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Mora

Mora, 26 de Setembro de 2023

Aprovado por maioria

Sr. Presidente, Sra. Presidente, caros Srs. Eleitos,

Como sempre e por certo como todos Vós, li com toda atenção o Relatório de Actividades da Câmara presente nesta sessão.

Nem sempre, por se circunscreverem a curtos períodos, estes relatórios transmitem uma ideia global daquela actividade.

No entanto e ao contrário, o actual Relatório pareceu-me capaz de transmitir uma noção clara do estilo de trabalho e da estratégia prosseguidas pelo actual executivo.

Senão vejamos:

Fruto de uma óbvia opção organizacional do quadro do pessoal, o executivo tem vindo a privilegiar a contratação de quadros técnicos (será que ainda veremos a trabalhar para a Câmara o ex Sec de Estado da Defesa Cavaleiro Ferreira), em detrimento de pessoal operário que é remetido, quase exclusivamente para tarefas de rotina e de conservação e manutenção de equipamentos.

Neste sentido a prática de *out-sourcing* torna-se recorrente, através de empreitadas externas, com o recurso, as mais das vezes e tal como é prática corrente no PS, à adjudicação directa...

Sendo certo que a autarquia dispunha de todos os meios operacionais para executar a maior parte das obras e trabalhos de instalação, cabe perguntar qual a razão por que se submete, sistematicamente a empreitadas, desprezando recursos internos e economias que poderia conseguir fugindo à escandalosa espiral de subida de preços que a construção civil vem exigindo.

Também nos pareceu claro o privilégio dado à interacção externa face aos contactos com a população no Concelho.

Em 107 dias, período que o relatório cobre, a autarquia destacou 40 encontros externos à Câmara, ainda que alguns tenham tido lugar no Concelho, mas com grupos ou em festas organizadas.

É o eterno confronto entre democracia participativa e democracia representativa no qual o actual executivo segue à risca o historial do PS.

Constatámos, também, que a palavra subsidiariedade, não tem qualquer significado para este executivo.

– Faz melhor quem está mais próximo – foi uma palavra chave da ideia de governança na UE.

cont...

Contudo, e contrariando acordos assumidos com a CDU, o actual executivo menosprezando o potencial trabalho que as freguesias muito melhor poderiam desenvolver tem desviado os meios de que elas careciam para levar a cabo essas tarefas.

Temos, por outro lado assistido aquilo que nos parece ser uma verdadeira ostracização da JF de Mora. Qual será a razão?

Aliás, o grande apreço com que a Câmara encara as Freguesias está bem patente nesta relação:

Num relatório de 26 páginas, o capítulo "Apoio às Freguesias" Dispõe de 6 linhas.

Mas a leitura do Relatório também nos trouxe uma impressão positiva. De facto, apercebemo-nos de um interessante trabalho de utilização, valorização e divulgação das infraestruturas Fluviário e Museu Megalítico, que acreditamos deva e possa continuar.

Muito mais haveria a retirar da leitura deste Relatório de Actividade, Infelizmente o tempo disponível não o permite.

Uma ilação final não queria, contudo, deixar omissa.

Para nós CDU o importante foi sempre deixar os mandatos com obra feita.

Para vós PS o que parece ser importante é dispor de um amplo aparelho de comunicação e propaganda.

Veremos de que lado estará a razão.

Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Mora

Mora, 26 de Setembro de 2023

A.M. - 26/09/2023 - Ponto 1 - Procedimento por Concurso Público "Construção da Oficina da Criança" - Compromissos Plurianuais

O processo da construção da Oficina da Criança foi concretizado no mandato passado, depois da sua aprovação por unanimidade na Câmara Municipal e de inúmeras discussões e troca de pontos de vista na Assembleia Municipal. No final do mandato o processo já havia sido adjudicado.

Depois das eleições de 2021, o novo executivo municipal, deixou cair o processo, abdicando da construção no local até então previsto, e optando por um novo projecto e por uma nova localização. Esta denúncia contratual custou à autarquia 100.000 euros.

Estamos agora perante a aprovação do novo projecto, no valor de 800.000 euros, e um pedido de autorização à A.M. para a repartição de encargos plurianuais. Esta autorização não nos oferece quaisquer dúvidas, pois entendemos, naturalmente, que se trata de um mero expediente de gestão administrativa, e para a qual o nosso sentido de voto é a **abstenção**. Já quanto ao processo no seu todo continua a merecer, da parte da bancada da CDU, alguma desconfiança política.

Assim, e independentemente dos valores, que a actual maioria pretende quantificar quase por metade relativamente aos valores iniciais, entendemos que haverá a considerar, para além da indemnização atrás referida, o custo do projecto inicial, o custo do novo projecto, da obra de construção, da deslocalização da Casa das Associações, pensamos que para a antiga Escola Primária nº 1, e do projecto e obras para a sua nova localização.

Por todos estes motivos estaremos, enquanto força política, atentos ao evoluir deste processo, e entendemos que o mesmo deve merecer um estreito acompanhamento por parte desta Assembleia Municipal. Nada nos impede de pensar que os custos finais, com todos estes encargos adicionais, venham a ultrapassar os cerca de milhão e meio de euros previstos inicialmente.

Grupo Municipal da CDU - Carlos Biléu

Aprovado - com os votos a favor do Grupo Municipal da CDU